

Simpósio Público da CNUCED 2011
“Fazendo o Comércio e as Finanças servirem a Gente e o Planeta”
Genebra, 22-24 de junho de 2011

SÓ UMA ECONOMIA SOLIDÁRIA PODE SER VERDE

Marcos Arruda¹

SUMÁRIO

Este ensaio busca lançar uma luz crítica sobre o conceito corporativo de Economia Verde. Valoriza certas iniciativas empresariais, mas sugere que a economia global organizada em torno do ‘desenvolvimento’ reduzido a crescimento econômico, tendo o lucro como fim, o ‘mercado’ como suposto regulador do bem comum, e a concentração de dinheiro e poder político são impedimentos estruturais para que a economia do capital possa tornar-se verde.

O que quer que empresas e conglomerados individuais decidam fazer em benefício da igualdade social e da sustentabilidade ambiental pode ser importante, mas nunca será suficiente, pois o sistema como um todo as obriga a competir pelo máximo proveito individual, às custas do bem comum e do equilíbrio durável dos ecossistemas.

O Planeta clama pela construção de uma nova sociedade, um novo lar para a espécie humana, saudável e seguro, acolhedor da diversidade e promotor de harmonia, bem viver e felicidade. O mundo criado pelo capital globalizado pode ser bom para uns poucos, mas é insalubre e insustentável para a grande maioria. E está em processo de colapso. O mundo atual precisa de uma nova premissa antropológica e cosmológica, novos valores e metas, e um novo paradigma de desenvolvimento a fim de realizar as

¹ Economista e educador, coordenador do PACS (Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul, Rio de Janeiro), facilitador da UNIPAZ – Universidade Internacional da Paz, do Programa Educação Gaia, e associado ao Instituto Transnacional (Amsterdã).

transformações necessárias visando o bem viver e a realização de cada pessoa e coletividade num contexto natural saudável e durável através das gerações.

Há ampla evidência de que este novo mundo, inspirado num novo paradigma de desenvolvimento, é um sonho que se torna realidade na práxis de comunidades, redes e governos locais em diversos lugares do planeta. A escolha é nossa, ou de sucumbir com o sistema que promete e está cumprindo as condições para a extinção da vida, ou de participar do desabrochar da nova consciência que atua pela realização da utopia de uma economia do suficiente para todos e, portanto, do bem viver e da felicidade.

1. PARA QUE ESTAMOS AQUI?

Qual é a finalidade do ser humano no Terra? Estamos aqui para viver uma vida aprazível, ser felizes e preparar o mundo para as gerações que nos sucedem. Hoje a ciência, e a experiência prática, mostram que a felicidade não é algo que se pode usufruir sozinho, pois somos *individuos sociais*. A felicidade só pode ser verdadeira se compartilhada com as pessoas que nos rodeiam em todos os níveis. E a ciência é radical ao sugerir que:

“Nós seres humanos somos animais dependentes. Isto é manifesto no fato de que ficamos doentes quando privados de amor em qualquer idade. Não há dúvida que vivemos numa cultura em que estamos frequentemente em guerra, e nos matamos uns aos outros usando diferentes justificativas racionais para a nossa negação mútua total como seres humanos. Mas fazer isto não nos faz felizes, nem traz conforto espiritual e harmonia (...) Somos animais amorosos que cultivam a agressão numa alienação cultural que eventualmente pode mudar a nossa biologia” (Humberto Maturana, “La Biología del Amor”).

Portanto, precisamos uns dos outros para realizar nossa natureza amorosa como condição de felicidade.

A pergunta seguinte é: o sistema econômico mundial – baseado no consumismo/produtivismo, na competição, na globalização do capital e confinamento das pessoas dentro de fronteiras – está gerando felicidade para cada um e todos os seres humanos? A única resposta é NÃO. Olhemos a Grécia, a Irlanda, Portugal, a Espanha. Olhemos a África. Olhemos os bairros pobres dos Estados Unidos. Olhemos as taxas de

suicídio nas nações pós-industriais. Olhemos as favelas das megacidades do hemisfério Sul. Riqueza excessiva esvazia o coração humano do seu sentido espiritual da sua existência. E a pobreza e exclusão são fontes de infelicidade porque reduzem os humanos à mera sobrevivência material. Animais sociais – primatas, lobos, golfinhos, felinos, etc., - usufruem de convivialidade e não só para a fim da sobrevivência física. Nós *somos* animais sociais, mas mais de um bilhão de seres humanos estão privados do direito ao prazer da convivialidade devido à fome, pobreza e exclusão. Eles já não podem esperar! Se nós, humanos, somos seres complexos, constituídos de bem mais que apenas o nosso corpo físico, precisamos de algo mais do que alimento, abrigo e roupas para sermos felizes. Também precisamos de arte e beleza, de comunidade e sociabilidade, de ternura e entendimento, de segurança e de um ambiente natural saudável.

2. AS FRESTAS DO SISTEMA DO CAPITAL

1. A moldura mental, ou a semiótica da economia de mercado é baseada em pelo menos cinco falsas premissas, a seguir:
 - a) O planeta é inesgotável – os recursos naturais são ilimitados
 - b) A natureza é uma máquina gigantesca que os humanos podem manipular para sempre ao seu bel prazer.
 - c) A vida é uma luta constante pela sobrevivência e as pessoas têm que competir por recursos escassos para satisfazer suas necessidades individuais
 - d) O crescimento leva ao bem estar de todos, e o Mercado distribui os benefícios dele de forma adequada e perfeita
 - e) Quanto mais consumimos, melhor vivemos, e quanto mais nosso país produz, maior a qualidade de vida.

2. As forças produtivas se desenvolvem com o objetivo de concentrar riqueza material a todo custo, e não para promover o bem viver de todos em equilíbrio com o ecossistema. Um Relatório Cap Gemini-Merrill Lynch (2010) mostra que em 2009 o mundo tinha 10 milhões de “indivíduos de alto valor líquido” (HNWI em inglês) - num mundo de quase sete bilhões de habitantes - cujos ativos somados eram de US\$ 39 trilhões, ou a metade do PIB global. O PNUD (2010) mostra que os 20% mais ricos, que detinham 82,7% da renda global em 1992, alcançaram 91,5% em 2009. No mesmo período a renda correspondente aos 20% mais pobres caiu de 0,19% para 0,07%! Isto evidencia que o sistema do capital é uma grande máquina concentradora de riqueza e de privilégios, gerando e nutrindo uma divisão e fragmentação das sociedades e da espécie em classes sociais em permanente conflito.

3. A maior parte da riqueza produzida não é distribuída, mas sim concentrada em mãos privadas, criando um pequeno número de bilionários e uma massa de pessoas e instituições endividadas, empobrecidas ou excluídas. O mundo entrou em 2011 com 1.240 bilionários (214 mais que em 2010), que controlam US\$ 14 trilhões (o equivalente ao valor total da produção estadunidense em 2010). O relatório de desenvolvimento humano do PNUD de 2010 relata que “cerca de 1,75 bilhões de pessoas em 104 países – um terço da sua população – vive em estado de pobreza multidimensional – isto é, com pelo menos 30% dos indicadores refletindo privação aguda de saúde, educação e nível de vida. Isto excede o estimado 1,44 bilhão de pessoas nestes países que vivem com US\$ 1,25 por dia ou menos (note-se que o número dos que vivem com renda inferior a US\$ 2 ou menos – portanto, também em condição de grave pobreza, é muito maior!)

4. Valores econômicos insuficientes são distribuídos para suprir as necessidades humanas básicas; em consequência, o ciclo econômico é só completado por meio do **endividamento real** de indivíduos, famílias, empresas e nações. Foi o caso do Brasil e a maioria dos países da América Latina e da África nos anos 1980; Islândia, Grécia, Irlanda, Portugal, Espanha e outros em 2010-11. A União Européia e o FMI dizem “mais empréstimos para salvar a Grécia!” É mentira. Novos empréstimos são concedidos não para estimular a produção em resposta às necessidades humanas, mas sim para pagar empréstimos anteriores, perpetuando uma cadeia de endividamento. O conjunto de cadeias de endividamento que hoje prevalecem na

economia do capital constitui *o sistema da dívida*. Novos empréstimos visam ‘salvar’ os bancos credores, não o país, e o custo é transferido à população na forma de recessão, cortes do orçamento público, desemprego e empobrecimento. Isto confirma a máxima dos anos 80, “quanto mais pagamos, mais devemos”. O endividamento é um círculo vicioso mortal e sem fim.

5. A lógica do máximo lucro e da competição impede o desenvolvimento colaborativo de tecnologias econômica, social e ecologicamente sustentáveis.² São antagônicas. **Políticas sustentáveis** planejam o desenvolvimento dentro dos limites do ecossistema, levando a menos lucro e mais custo. Empresas individuais devem submeter-se ao planejamento macro socioeconômico, e devem servir aos objetivos e metas democraticamente estabelecidas e baseadas em critérios relacionados com direitos humanos, bem estar coletivo e harmonia com o meio ambiente.
6. Sob a lógica de mercado não há meio de estabelecer uma taxa de câmbio justa. Seu nível é não estabelecido por critérios éticos ou de justiça. Eles respondem a interesses privados ou estatais, mas sempre a fim de proteger a acumulação de capital.

3. POR QUE UMA ECONOMIA VERDE?

A “economia cinzenta” dominante é responsável por um mundo insustentável! A aceleração sempre maior de ocorrências de catástrofes extremas relacionadas com a mudança climática, a multissecular produção e perpetuação da pobreza e da exclusão, e a ameaça do “pico tudo” (aquecimento global, desmatamento, combustíveis fósseis e preços de alimentos, violência social e interpessoal, depressão, infelicidade, e outros mais) provam que o mundo e a vida na Terra estão seriamente ameaçados.

Há cerca de meio século o aquecimento global tem sido assinalado como uma ameaça. Mas os agentes da globalização do capital não prestaram atenção até que os eventos

² Ver uma pesquisa esclarecedora sobre o tema da tecnologia a serviço do lucro em Rose Marie Muraro, 2009, “Os Avanços Tecnológicos e o Futuro da Humanidade – Querendo ser Deus?”, Editora Vozes, Petrópolis.

climáticos extremos se tornaram mais frequentes. Precedido pelo Relatório do Clube de Roma sobre “Os Limites do Crescimento”, a Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – UNCED, apelidada de Rio-92 – foi a primeira iniciativa que manifestou consciência de que as ameaças precisavam ser enfrentadas com urgência. Outras iniciativas, como as Metas Globais do Milênio da ONU, tentaram estabelecer compromissos para as nações e as corporações transnacionais de melhorar os indicadores sociais e ambientais. Desde então os indicadores mostram que a situação do planeta piorou sensivelmente. As conexões entre a economia cinzenta e aquelas ameaças foram ficando cada vez mais evidentes.

* O aumento da temperatura atmosférica alcançou níveis nunca vistos e tem sido responsável por uma sucessão de temperaturas anuais cada vez mais altas desde 1995. A década 2001-2010 foi a mais quente desde que as temperaturas começaram a ser medidas oficialmente em 1850. Entre 2001-05 a temperatura aumentou em média 0,95°C. Os prognósticos do Painel Internacional sobre Mudanças Climáticas – IPCC em inglês – estão sendo antecipados, devido a uma aceleração imprevista do aquecimento global. O pior cenário de aumento de temperatura já não é 2°C, mas entre 4 e 6,4°C em 2100. As emissões de gases de efeito estufa (GEE) estão aumentando ininterruptamente, em vez de declinarem como previsto pelo Protocolo de Kioto (um aumento de 5% entre maio de 2010 e abril de 2011!) Em consequência, a mudança climática está superando o pior cenário do IPCC (relatório de 2007). Um relatório de setembro de 2009 apresenta a previsão de uma aumento médio da temperatura global de 4°C para 2050, e não mais 2100!³ Os créditos de carbono e outras iniciativas mercadológicas do mundo empresarial não conseguiram mudar efetivamente esta tendência.

* Segundo pesquisa do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE de setembro de 2008, o aumento médio de 2°C na região amazônica, antes esperado para 2050, seria alcançado em 2010.⁴ Quando a temperatura alcançar 3,5°C a ciência diz que a Floresta Equatorial da Amazônia terá sofrido um colapso

³ Departamento de Meteorologia do Governo da Inglaterra, Relatório de 28/9/2009, e Relatório do Programa Ambiental da ONU, 21/10/2009.

⁴ <http://www.amazonia.fiocruz.br/component/content/article/413.html>

irrecuperável. Secas na região têm se tornado sempre mais frequentes e largas áreas de florestas são devastadas pelo fogo cada ano, para abrir espaço para a devastadora pecuária e o agronegócio voltado para a exportação. A ausência de firme fiscalização governamental⁵ e de alocações substanciais de recursos para que o IBAMA realize suas funções fazem deste um caminho tragicamente suicida.

* O degelo das calotas polares e das geleiras está se acelerando rapidamente. A calota da Antártica degelou em 17 anos o mesmo que nos mil anos anteriores. O degelo total da calota ártica durante o verão foi antecipado de 2050 para 2013. As geleiras do Himalaia e dos Andes estão derretendo tão depressa que muitas aldeias hoje estão carecendo de água.

* 17 mil espécies de animais e plantas estão em risco de extinção. Uma média de 150 estão desaparecendo cada dia. Esta perda é 100 vezes maior do que a extinção natural das espécies. O Brasil é o país com maior biodiversidade no planeta. Tem seis biomas, todos ricos em biodiversidade, e todos sob ameaça devido a fatores humanos: desmatamento, perda de solo fértil e de floresta para a pecuária, monoculturas geradoras de desertos, gigantescas barragens em áreas que antes eram florestas consumidoras de carbono.

* Só a represa de Belo Monte, no rio Xingu, em plena região amazônica, vai cobrir mais de 500km² de floresta com uma película de água captadora de luz e calor solar, e expulsará da região povos indígenas aí estabelecidos há milênios; mudará drasticamente o ciclo regional de águas e provocará importantes desequilíbrios ecossistêmicos. Mais de 100 outras barragens estão projetadas para a Bacia Amazônica nos próximos anos. Esta matriz energética responde a uma economia baseada na falsa crença em que o crescimento gera por si só melhor qualidade de vida e que as zonas humanas e ecológicas de sacrifício se justificam em nome do “progresso” e do “desenvolvimento”.

⁵ Em 2008 o total de funcionários do IBAMA no gigantesco estado do Amazonas era 159, Rondônia, 217 e Roraima, 96 (O Globo, 9.7.2008).

4. QUEM É RESPONSÁVEL PELA ECONOMIA CINZENTA?

Primeiro que tudo, a globalização do capital.

* Em nome do progresso a globalização tem promovido o deslocamento de empresas, recursos naturais e financeiros, e produtos pelo planeta afora, destruindo economias locais em nome da eficiência, impondo bens e serviços estranhos às populações locais, desagregando comunidades humanas, produzindo dependência econômica e alienação cultural, e destruindo os ecossistemas. Tudo em nome do progresso e do desenvolvimento mas, na verdade, com a finalidade da maximização do lucro, mediante a proximidade das fontes de matérias primas e a expansão do controle dos mercados.

* As corporações transnacionais, a maioria delas privadas, têm liderado este processo e têm sido suas principais beneficiárias: em 2010 as 500 maiores empresas globais tinham ativos valendo mais do que a renda agregada de mais de metade da população do planeta. Em aliança com políticos que ocupam postos-chave nos Estados nacionais e em agências internacionais, os empresários e banqueiros opõem os interesses do capital privado aos das classes trabalhadoras, alimentam e perpetuam o conflito entre classes sociais dentro dos países e entre nações e hemisférios no espaço do planeta.

Em segundo lugar, o comércio mundial.

* O comércio de bens e serviços entre pessoas tem feito parte da evolução da humanidade desde tempos pré-históricos. Mas a globalização do capital, desde o século 16, tem feito do comércio global um meio de concentrar riquezas, aprofundando as desigualdades entre nações e exportando atividades poluidoras e insalubres para os países e as comunidades mais vulneráveis. A pilhagem da riqueza natural das nações do Sul pelas firmas globais é causa de maciços deslocamentos, destruição das culturas locais e empobrecimento. O Peru é um

exemplo eloquente.⁶ São principalmente as matérias-primas e os produtos de consumo os que atravessam distâncias oceânicas por meio de logísticas altamente complexas e caras, sendo amplamente responsáveis pela quebra do que antes haviam sido economias locais e nacionais auto-sustentadas. Também, pela corrupção de políticos locais e nacionais, pela reconfiguração da legislação de acordo com seus próprios interesses, e pelas maciças emissões de gases de efeito estufa (GEE), tudo em nome do progresso. Progresso de quem? A que custo? Com que grau de sustentabilidade social e ambiental?

Em terceiro lugar, a promoção de uma economia-cassino global.

* As transações financeiras equivalem a mais de 30 vezes o valor das transações globais de todos os bens e serviços em um ano. Resulta daí que nos últimos 25 anos o mundo passou por 96 crises bancárias, 176 crises monetárias, e por um estoque de derivativos e dívidas impagáveis equivalente a US\$ 200 trilhões (dados de 2002). Só os fundos estadunidenses para ‘salvar’ bancos e companhias de seguros durante a crise financeira de 2008-09 alcançou US\$ 11 trilhões, ou mais de quatro vezes o somatório das despesas com a compra do estado de Louisiana (US\$21 bilhões, em dólares correntes), o Plano Marshall (115,30 bilhões), os gastos da NASA (851,20 bilhões), a corrida para a lua (256 bilhões), os gastos governamentais com a Segunda Guerra Mundial (288 bilhões), com a Guerra da Coréia (454 bilhões), e com a guerra do Vietnam (698 bilhões).

Em quarto lugar, a existência de monopólios, oligopólios e cartéis.

* Monopólios e oligopólios distorcem os mercados e matam a competição. São prejudiciais ao capitalismo dos manuais. Isto não impede que existam 11 empresas gigantes globais que controlam o comércio dos hidrocarbonetos e das matérias-primas,

⁶ Para um estudo cuidadoso dos impactos socioeconômicos e ambientais das transnacionais operando na América Latina e Caribe, ver o Relatório do Tribunal Permanente dos Povos, “A União Européia e as Corporações Transnacionais na América Latina: Políticas, instrumentos e Atores cúmplices em Violações dos Direitos dos Povos”. Madri, May 14-17, 2010 – O Veredicto. <http://www.enlazandoalternativas.org/IMG/pdf/TPP-verdict.pdf>

segundo o The Daily Telegraph (15.4.2011).⁷ Elas mantêm secretas suas operações não colocando seus ativos nos mercados de ações, escapando assim de qualquer tipo de escrutínio do governo e do público. Assim mesmo, elas gozam das vantagens do “livre mercado” e economizam bilhões em impostos lavando dinheiro em refúgios fiscais. A Monsanto e a Syngenta são também exemplos da ausência de livre mercado e do domínio sobre a produção e comércio de sementes e de alimentos de qualidade duvidosa para a saúde e prejudiciais à economia camponesa.

8. A ARMADILHA DA DÍVIDA É CONTRÁRIA A UMA ECONOMIA VERDE

As corporações globais pregam o evangelho da não intervenção estatal na economia. Mas são uma presença proeminente na sociedade política, usando o poder do Estado para desregular, privatizar e modelar leis que protegem os interesses do capital privado. Usam o *lobby* como meio de subornar funcionários públicos influenciando nas políticas públicas e logrando privatizar os bens comuns. Agora que o mundo do capital financeiro está em crise, elas põem sua bíblia neoliberal na prateleira e demandam ou forçam os governos a mobilizar fundos públicos para ‘salvar’ os seus negócios.

A crise grega (e também a irlandesa, a portuguesa, a espanhola) é mais uma que é apresentada como uma crise apenas nacional, quando na verdade ela esconde um desequilíbrio global que mobiliza o medo da insolvência entre os credores.⁸ 30 anos depois da América Latina e da África terem passado pelo estado de falência, os países do Norte submergem na dívida pública. Esta é a outra feia face da globalização do capital: a economia política do endividamento não é mais que uma gigantesca máquina de concentração da riqueza e da renda, e cria escassez, dependência e insegurança por toda parte. As taxas de juros, que pertencem a uma cultura do endividamento

⁷ <http://www.telegraph.co.uk/finance/commodities/8451455/Top-ten-global-oil-and-commodities-traders.html>

⁸ Para análises críticas da crise da dívida nos países do Norte desde a crise financeira de 2008-09 ver <http://www.divida-auditoriacidada.org.br/>

sustentado, são o seu mecanismo principal. Elas contaminam o dinheiro e da dívida com crônica insustentabilidade.⁹

Para que a economia se torne ‘verde’, o lucro e o crescimento quantitativo dos bens naturais, da energia e dos bens produzidos e consumidos não pode continuar sendo o motor da economia. O esverdeamento só é viável no contexto de uma economia centrada no humano, na solidariedade e no suficiente, orientada para o bem viver e a felicidade num ambiente sustentavelmente saudável, apoiado pelo exercício participativo da diversidade cultural, e pela democracia econômica e política.

5. A ECONOMIA VERDE ATACA AS RAÍZES DAS CRISES SOCIAL E AMBIENTAL?

Uma enquete sobre os fatores determinantes das crises social e ambiental indica que:

- * elas não são eventos casuais nem meramente naturais. O IPCC no seu relatório de 2009 conclui que há 95% de probabilidade de que o fator humano seja diretamente responsável pela mudança climática;
- * a causa principal da mudança climática é o modo como a economia global está organizada e as políticas de desenvolvimento são concebidas e implementadas;
- * isto significa que medidas para parar e inverter os processos que estão acelerando exponencialmente a mudança climática devem incluir abandonar:
 - o desenvolvimento reduzido a crescimento econômico,
 - a cultura que se baseia em falsas premissas, que promove e justifica comportamentos individuais e coletivos insustentáveis,

⁹ Margrit Kennedy, num famoso livro chamado “*Dinero sin Inflación y sin Interés*”, p.18, http://www.margritkennedy.de/pdf/BUE_SPA_Dinero.pdf, mostra a caminhada de um centavo a uma taxa de juros de 4% ao ano, do tempo de Cristo até recentemente. Em 1750, o centavo teria se tornado uma esfera de ouro com o peso do planeta Terra. Em 1990, equivaleria a 8,190 esferas. Com uma taxa de 5%, já em 1466 equivaleria a uma esfera de ouro. Em 1990 teria se tornado uma fortuna de 2,2 bilhões de moedas de ouro, cada uma com o peso da Terra. Conclusão: o atual pagamento de juros com base na taxa de juros compostos sobre a dívida torna esta impagável e insustentável.

- uma economia orientada para o crescimento ilimitado, liderada por transnacionais e por indústrias intensivas em energia e orientadas prioritariamente para o lucro.

Comparando o comportamento corporativo com o que diz a literature sobre sustentabilidade e responsabilidade social das empresas, percebe-se que:

* O mundo corporativo se apropria dos temas de responsabilidade social e desenvolvimento sustentável como poderosas ferramentas de comunicação, dedicando cifras importantes à propaganda, muitas vezes mais do que aquelas que são investidas nos projetos e iniciativas que estão sendo divulgadas como social e ambientalmente responsáveis. Entretanto, os indicadores ambientais estão apontando para estagnação ou declínio.¹⁰

* O pessoal corporativo pode revelar um compromisso verdadeiro com mudanças no modo de gerir a empresa e suas operações, mas a lógica da competição, a ambição de crescer sempre mais e o motivo do lucro são obstáculos estruturais à implementação coerente e durável dessas mudanças.

Uma firma de mineração que decide tornar sustentável a mineração teria que planejar e avaliar a viabilidade de investimentos levando em conta não somente os custos financeiros, mas também os custos sociais e ambientais. Estes últimos são geralmente repassados à população local e ao setor público na forma de *externalidades*. Se este *custo total* fosse repassado aos consumidores, os preços seriam proibitivos, tornando economicamente inviável o investimento! A alternativa é continuar fazendo negócios como de hábito, enquanto se externalizam os custos social e ambiental. O verde fica na retórica apenas.

Sustentabilidade e a Economia Verde são entendidas de formas diferentes pelos diferentes atores econômicos. O fato de a Cúpula dos Povos da Rio+20 pela Justiça Social e Ambiental ser organizada paralelamente à Cúpula oficial é uma manifestação desta diversidade de concepções e práticas socioeconômicas. Deve ficar claro que o

¹⁰ Ver (<http://www.un.org/millenniumgoals/>), Relatório de Avaliação Ecológica do Milênio (<http://www.millenniumassessment.org>) e Relatórios do IPCC sobre Aquecimento Global (<http://www.ipcc.ch>).

crescimento econômico sustentado e o desenvolvimento tecnológico orientado para os lucros e a competição pela conquista de mercados constituem as raízes da insustentabilidade socioeconômica e ambiental. Não podem, portanto, ser seu remédio.

6. GOVERNANÇA POLÍTICA GLOBAL

A definição da UNEP é bem positiva: “A Economia Verde é uma economia que foca seus resultados no melhoramento do bem estar humano e na equidade social, reduzindo os riscos ambientais e a escassez ecológica.” A UNEP, portanto, qualifica as condições para que a economia se torne ‘verde’:

- * Baixo carbono
- * Eficiência no uso dos recursos
- * Inclusividade social
- * Padrões sustentáveis de consumo

A UNEP também insiste na importância dos ‘empregos verdes’, relacionados com baixo consumo de energia e de matérias-primas, prevenção de emissões de GEE, minimizando resíduos e poluição, protegendo e recuperando ecossistemas, e respeitando os princípios do ‘trabalho decente’ (i.e., proteções sociais adequadas, participação e diálogo, respeito aos direitos dos trabalhadores em todos os tempos e situações).

Estas são, decerto, propostas positivas. Mas elas não têm como origem uma avaliação adequada dos fatores por trás das crises econômica e ambiental. Nem a UNEP tem força política suficiente para influir nas decisões do Conselho de Segurança da ONU, nem muito menos dos governos dos países que comandam a política e a geopolítica internacional. A ONU, os governos que compõem o G20 e os executivos das 500 maiores corporações transnacionais do planeta – são estes os principais responsáveis pelos resultados desalentadores dos esforços feitos até agora para mitigar e prevenir o avanço da mudança climática e das desigualdades sociais no mundo. Os líderes da Conferência oficial apelidada de Rio+20, a ser realizada no Rio de Janeiro em junho de 2012, ao excluírem da agenda a avaliação dos resultados práticos dos acordos internacionais ao longo dos últimos 20 anos, parecem querer impedir a identificação dos

fatores estruturais e sistêmicos da mudança climática e das desigualdades sociais. Sem isto, não estará preenchida uma pré-condição para se encontrar soluções adequadas antes do colapso do equilíbrio vital do planeta e antes que a vida humana sofra profundos prejuízos.

Infelizmente a UNEP não controla fundos para apoiar a implementação das suas propostas. E não entra em detalhes sobre como adequar a economia das nações e do mundo àquilo que ela define como condições para tornar verde a economia. Se a UNEP fizer isto a fundo, ela terá que concluir que só uma economia fundada na cooperação, na solidariedade e no suficiente será verde.

Outros agentes regionais e globais da governança política, como o Banco Mundial, têm políticas contrárias às da UNEP, tais como aumentar, em vez de diminuir, o financiamento da extração de combustíveis fósseis. De fato, o Banco Mundial contribuiu com US\$ 6.6 bilhões, ou 116% mais do que em 2009, ao total de \$557 bilhões gastos em subsídios à extração e comércio de combustíveis fósseis em 2010. O Banco também promove falsas soluções corporativas ao aquecimento global, incluindo os créditos de carbono.¹¹

Dada a sua história e sua atual política de compromissos que reforçam os fatores de mudança climática, em vez de debilitá-los, o Banco Mundial não deveria permanecer como gestor e procurador do Fundo Verde. Enquanto isto, outro agente de governança global, o Fundo Monetário Internacional (FMI), continua 'seus negócios de sempre' ao receber dinheiro dos governos dos países membros para impor medidas de austeridade que punem os povos da Europa a fim de garantir os ganhos dos banqueiros.

Em resumo, os agentes de governança política global não revelam qualquer vontade política de comprometer-se com metas que de fato modifiquem os fatores econômicos e culturais responsáveis pela mudança climática ou que impliquem transformações nas relações de poder econômico e político.

¹¹ <http://www.garynull.com/home/friends-of-the-earth-world-banks-role-in-fuelling-climate-ch.html>

7. GOVERNANÇA ECONÔMICA GLOBAL

E os agentes da governança econômica global? As mudanças que alguns deles estão fazendo podem ser significativas. Mas eles parecem acreditar que a sustentabilidade é compatível com o crescimento econômico ilimitado. Eles se opõem abertamente a qualquer mudança substancial no modo como a economia está organizada e a riqueza, o poder e o saber estão concentrados.

As grandes corporações, como Wal Mart, IBM, Coca Cola, Vivendi, Vale, proclamam que a Economia Verde tem três fundamentos: “O mantra do movimento pela sustentabilidade, ‘gente, planeta, lucro’, combina a reforma social, o compromisso ambiental com o desenvolvimento econômico de longo prazo – isto é desenvolvimento sustentável.¹² [...] Estaremos conectando empresários e inovadores, a comunidade de base, e os atores de negócios para a criação de riqueza real,” diz David Nash, um advogado ambiental de Cleveland, Ohio, e co-organizador da Rede Corporativa de Sustentabilidade. “Elas novas colaborações que levarão adiante o **crescimento econômico** e mudarão não só a economia mas o modo de pensar das pessoas – a cultura”. Outros reformistas corporativos defendem que a sustentabilidade está se tornando um ‘diferencial competitivo’ em relação ao sucesso nos negócios.

Os sinais de mudança nos valores e comportamentos das corporações são bem vindos. Eles decerto podem reduzir a capacidade de destruição dos seus modos de produzir e distribuir os bens, ao desenharem tecnologias menos prejudiciais ao ambiente e aos seres humanos. No entanto, isto certamente não basta, e tais mudanças parecem estar chegando tarde demais. As políticas corporativas, para serem realmente transformadoras, teriam que ir muito além de simples mudanças na estrutura externa da empresa. Elas teriam que incluir o modo de organização interna da firma, suas relações não somente com os fornecedores e clientes, mas também com seus trabalhadores (formais e informais), com a população do entorno e com o ecossistema. Tais relações teriam que expressar-se na eliminação da *externalização* dos custos sociais e ambientais e na adoção de indicadores de custo total, i.e., não somente econômico-financeiros, mas também sociais e ambientais.

¹² http://www.cleveland.com/business/index.ssf/2010/09/sustainability_3.html

Infelizmente, todos os instrumentos, índices, indicadores e iniciativas – o Pacto Global da ONU, a Iniciativa do Relatório Global, o Índice Calvert-Henderson de Qualidade de Vida (EUA), os Indicadores Ethos de Responsabilidade Social (Brasil), o SA8000, o AA1000, as enquetes sociais e os relatórios ambientais de cada empresa, o Índice Bovespa de Sustentabilidade Empresarial (ISE), e os códigos voluntários de ética são todos orientados na transformação estrutural externa da empresa, tendo uma fraca influência na cultura organizativa, nos valores do pessoal e nas suas relações interpessoais.¹³

Na luta pela sobrevivência em mercados competitivos, e não cooperativos, as corporações precisam investir em tornar-se competitivas e em lucrar sempre mais. A força motriz da sua ação, portanto, é o crescimento por meio do corte de custos, do aumento dos lucros, do investimento em alcance mercantil, i.e., da propaganda. Esta é sua regra e finalidade última. Eis porque elas fingem ignorar que são o principal agente da ‘economia cinzenta’ e que suas premissas básicas – individualismo, lucro e consumo de bens materiais como finalidade última da atividade econômica, ‘livre’ mercado, crescimento econômico ilimitado, competição e guerra (econômica, fiscal, cambial, militar, cultural) – continuam sendo válidas, apesar da sua eco-retórica. ‘Esverdear’ a economia quer dizer, simplesmente, converter em mercadoria as soluções ‘verdes’ para as enfrentar as ameaças sociais e ambientais que a própria lógica do capital globalizado gera e perpetua.

A ilusão de que a produção e o consumo podem crescer para sempre tem por base a falsa premissa de que os bens da natureza e a capacidade de carga da Terra são inesgotáveis. A visão empresarial da Economia Verde parece ignorar que o crescimento econômico, medido apenas pelo PIB, tem sido um fator determinante de tensão econômica, social, e ambiental, e de sempre mais graves crises que afetam as sociedades humanas e os ecossistemas. Ela parece descartar o fato de que empresas individuais buscando lucro imediato e sustentado para seus acionistas apenas e externalizando os custos sociais e ambientais é o principal fator da destruição social e ambiental. Para realizar esses objetivos elas usam quaisquer meios: transferências ilegais de lucros, evasão fiscal, corrupção, especulação, fraudes, contaminação tóxica dos alimentos, dos solo, das águas e do ar, exploração da força de trabalho, engano dos consumidores,

¹³ Giovanni Barontini, 2007, “Responsabilidade Social Corporativa”, p. 3.
giovanni_barontini@fabricaethica.com.br

obsolescência planejada de produtos de consumo, violência, guerra, etc. A lógica dominante no jogo do capital globalizado é o ‘ganha-perde’; a lógica da guerra, que leva os atores a tornar-se predadores uns dos outros e da maioria da população do planeta. Não está em questão a culpa pessoal. Elas estão simplesmente obedecendo ‘as regras do jogo’.

Apresento dois exemplos que evidenciam a imagem de que os atores mais poderosos da economia global usam o adjetivo ‘verde’ como verneiz para cobrir seus ‘negócios de sempre’, escolhendo o lucro como seu principal objetivo em vez de deslocar suas prioridades para o social e o ambiental. Um é a Vale, a segunda maior mineradora do mundo, que realiza operações social e ambientalmente predatórias no Brasil, Moçambique, Colômbia, Canadá, enquanto faz alarde dos seus investimentos de cunho social e ambiental e em novos índices corporativos. A Vale está sendo seriamente questionada pelos movimentos sociais pelas omissões no seu Relatório de Sustentabilidade. Não informa que tem sido multado em diversas ocasiões por crimes ambientais. Seu relatório não informa sobre as emissões poluidoras do ar, causadoras de doenças e mortes nas comunidades afetadas por essas emissões.¹⁴

A outra é a Companhia Siderúrgica do Atlântico (CSA), um empreendimento conjunto do gigante alemão do aço ThyssenKrupp alemão com a Vale. É um complexo siderúrgico instalado no município do Rio de Janeiro, na orla da Baía de Sepetiba, composto de uma aciaria com capacidade de produzir cinco milhões de toneladas por ano de aço de baixo valor agregado, uma usina termoelétrica e dois terminais portuários, um para importar o carvão mineral usado pela usina, o outro para exportar toda a produção de aço. A Vale supre tanto o minério de ferro quanto o carvão, importado da Colômbia. Pescadores e habitantes locais têm se oposto ao projeto desde antes da sua construção, por ser uma atividade altamente poluidora. A empresa não hesitou em eliminar o meio de vida de cerca de oito mil famílias de pescadores e de tornar impossível uma vida saudável no bairro em que está instalada – Santa Cruz. O complexo é parte da cadeia produtiva da ThyssenKrupp, cujo aço ganha valor agregado na usina do Alabama (EUA) e é vendido a empresas automobilísticas e outros clientes nos EUA e Europa. O movimento social “Sepetiba pede Socorro”, organizado por

¹⁴ www.justicanostrilhos.org – “Não Vale”, 2010, publicado pela entidade Justiça nos Trilhos, uma organização de desenvolvimento social situada em São Luís do Maranhão.

associações de pescadores e de moradores locais, explica que o quer que o Brasil ganhe com a CSA não cobre os prejuízos da produção e transporte da matéria-prima, nem da sua predatória transformação em bem semimanufaturado na bela Baía de Sepetiba.

9. CONDIÇÕES PARA A TRANSFORMAÇÃO

O ponto de partida para uma mudança no paradigma econômico é a mudança na consciência e nos modos de ver o mundo atual. Vejo pelo menos cinco mudanças subjetivas mais urgentes:

1. Criar unidades na diversidade e não às custas da diversidade
2. Abandonar crenças obsoletas: já começou a era do desenvolvimento qualitativo, da conectividade, da democracia participativa e da cidadania ativa
3. Adotar a Ética do Suficiente (em termos de riqueza material) e da Abundância (em termos de riquezas imateriais: saber, emoções, beleza, convivialidade, amor como acolhimento do outro na diferença, espiritualidade).
4. Construir co-responsabilidade: os devedores das dívidas social e ambiental devem pagar suas contas em proporção à sua responsabilidade!
5. Desenvolver nossa consciência e visão de um mundo social e ambientalmente sustentável.

A Economia só se tornará Verde se as seguintes condições forem preenchidas:

* o bem viver para todos os humanos num ambiente saudável substituir o lucro e a vantagem material como finalidade principal da atividade econômica. Só uma economia de fins não-lucrativos pode ser verde;

* a cultura dominante abandonar o paradigma do crescimento econômico e não planejado como qualificador do progresso e do desenvolvimento, e a ilusão de que o crescimento ilimitado da produção, da exportação de bens materiais, do consumo de energia e de bens naturais, da especulação nos mercados de capitais, das privatizações e da desregulação podem resultar numa melhora da qualidade de vida para toda a sociedade humana;

- * os indicadores econômicos, sociais, políticos, culturais e ambientais transcenderem ou substituam o PIB como medidas orientadoras do *planejamento* do desenvolvimento econômico. Eles, então, se tornam a referência para a definição de metas prioritárias e critérios para o desenho do desenvolvimento econômico e tecnológico nas esferas da comunidade, empresa, região, bioma e país;
- * um Estado democratizado assumir o papel de orquestrador do planejamento participativo do desenvolvimento, do nível local até o nacional, seguindo os princípios da subsidiariedade, da autêntica participação em todos os estágios do processo, da transparência, da co-gestão e da complementaridade;
- * o desenvolvimento focalizar os direitos humanos, a justiça social e ambiental, a democracia econômica e monetária, a igualdade de direitos para as mulheres e os povos tradicionais;
- * a economia parar de reduzir a mercadoria as pessoas, a terra, o dinheiro, os serviços financeiros, a água, as florestas, os oceanos, o ar e outros bens comuns à humanidade;
- * a economia garantir acesso universal ao dinheiro para investimento e a promoção de iniciativas solidárias locais e redes de desenvolvimento socioeconômico cooperativo, voltado para o bem viver e a felicidade em harmonia com o meio natural;
- * a economia toma o ser humano (seu trabalho, saber, criatividade, aspirações) a família, a comunidade, o território local em que habita, como os protagonistas e as referências para o desenvolvimento.

Tais mudanças são essenciais para criar as justas sinergias e tornar possíveis comunidades e modos de vida social e ambientalmente sustentáveis, metrópoles e cidades planejadas para a gente, não para os carros, bens e serviços social e ambientalmente valiosos, usando os recursos e fontes renováveis e não renováveis de energia de forma prudente e planejada, praticando a frugalidade no consumo de bens materiais, a reutilização e a reciclagem, atuando na agroecologia, libertando os alimentos de venenos químicos ou genéticos, colocando a saúde, a nutrição e a prevenção, não a doença, como áreas-chave para a autogestão sustentável.

Em seguida, menciono três redes globais que estão praticando modos criativos e inovadores de organização a economia, o desenvolvimento e a vida na Terra. As três redes realizam na prática os objetivos para os quais foram criadas. Sua expansão acelerada pelo mundo é manifestação de quanto elas respondem à busca de caminhos

alternativos de vida e de relação, que proporcionem bem viver sustentável, alegria, felicidade e paz.

10. TRÊS CAMINHOS INOVADORES CONVERGENTES

ECONOMIA SOLIDÁRIA

A economia não será verde se não for fundada numa consciência ecológica, que nutre a cooperação, a reciprocidade positiva, o empoderamento dos indivíduos, comunidades e nações, o respeito à diversidade, a participação, a solidariedade e o amor. Uma economia verde tem que ser uma ECONOMIA ECOLÓGICA.¹⁵

Cooperativas sem fim lucrativo, associações autogestionárias, mercados e fundos de investimento éticos¹⁶, bancos de desenvolvimento comunitário¹⁷, logística solidária e outras formas de propriedade e gestão coletiva dos bens e recursos produtivos têm-se desenvolvido com êxito ao longo de mais de um século e meio. Nos anos recentes estes empreendimentos teceram redes e teias de relações motivados pelo objetivo do bem viver em harmonia com o ambiente. E têm atraído dinheiros que desistiram de continuar circulando na economia cinzenta que mais parece um cassino.

A principal diferença entre as iniciativas solidárias e não-solidárias é que as primeiras organizam seus fluxos econômicos com o fim de satisfazer as necessidades ligadas ao bem viver dos trabalhadores, suas famílias e comunidades, de forma ecologicamente sustentável e socialmente justa. Desenha-se a iniciativa de modo a beneficiar-se o mais possível do trabalho, saber e criatividade dos seus membros, assim como da capacidade de consumir e de outros recursos disponíveis no território. E também dividir equitativamente os meios e os valores econômicos gerados entre os agentes solidários com quem ela interage ao longo da cadeia produtiva. Esta integração cooperativa em

¹⁵ Para uma conceptualização substancial da Economia Ecológica, ver Joan Martínez Alier, “Elements of Ecological Economics” and “Recent Developments in Ecological Economics” [Hardcover]

Joan Martinez-Alier (Editor), Inge Ropke (Editor)

¹⁶ Para uma análise abrangente da conexão entre investimentos éticos e uma Economia Verde, ver Hazel Henderson e Simran Sethi, “Ethical Markets: Growing the Green Economy”.

¹⁷ Para detalhes sobre a Rede Brasileira de Bancos Comunitários, ver <http://www.bancopalmas.org.br/oktiva.net/1235/secao/9963>

cadeias produtivas solidárias é outra importante característica de iniciativas da economia solidária.

Uma iniciativa não solidária, por sua vez, opera os meios econômicos com o fim de acumular valor econômico. Tudo o mais é meio para este fim maior. Eis porque a iniciativa é desenhada para reduzir custos de produção, em especial a remuneração do trabalho, e maximizar lucros com sua política de preços, sem considerar a exclusão social ou a degradação ambiental que provoque no território em que opera, buscando apropriar-se do mais alto valor econômico possível que seja produzido pela cadeia em que opera, externalizando os custos sociais e ambientais.

Um exemplo de iniciativa econômica solidária é a transnacional Mondragon Corporação Cooperativa, cuja base está no País Basco, perto de Bilbao. A MCC é uma constelação de cooperativas de propriedade e gestão coletivas, operando numa variedade de setores da produção e distribuição de bens e serviços.

“Que acontece aos trabalhadores quando, trabalhando numa linha de produção, são substituídos por uma nova máquina?” perguntei a Mikel Lezamis, coordenador de uma cooperativa educacional da MCC no final de uma visita à FAGOR, fábrica-cooperativa de produção de equipamentos domésticos da MCC.

“A FAGOR não demite trabalhadores, claro, porque são eles os donos dela! O que fazemos é convidá-los a passar um tempo de treinamento na nossa cooperativa educacional para que aprendam outras funções e continuem na cooperativa. Se não há mesmo um trabalho diferente para um ou mais deles, então são relocados noutra fábrica da MCC depois de um tempo de treinamento. Os objetivos principais da MCC são o sempre maior bem estar dos trabalhadores e o emprego estável das suas capacidades criativas.”

A MCC tem três tipos centrais de cooperativas: o banco cooperative (Caja Laboral), uma cooperative de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, e um grupo de cooperativas educacionais, incluindo uma universidade e escolas técnicas. O objetivo é gerar ocupações sustentáveis e ótima qualidade de vida para seus quase 100 mil

associados e empregados. A MCC é uma das principais produtoras de moinhos de ventos para geração de energia eólica e de diversos produtos baseados na energia solar.

Os fundos de investimento ético se espalharam por muitos países (EUA, Austrália, Reino Unido e outros) e hoje gere bilhões de dólares que são orientados para o financiamento de iniciativas econômicas inovadoras em todo campo da vida social.¹⁸ Há um tremendo ímpeto chamado capital social de risco, em que grupos de investidores socialmente responsáveis formam núcleos para levar seus melhores negócios de risco responsável uns para os outros. O co-investimento em negócios faz com que compartilhem o afã e os resultados.

O Banco Palmas, em Fortaleza, Brasil, é um banco comunitário que oferece crédito a milhares de famílias de baixa renda e a iniciativas de economia solidária. Sua metodologia tem sido tão exitosa que se multiplicou por todo o país, desenvolvendo o que hoje é uma Rede Nacional de Bancos Comunitários, com mais de 60 bancos participantes alcançando muitos milhares de pessoas. Cada banco usa duas moedas, o *real*, moeda oficial, e uma moeda complementar criada pela assembleia da comunidade. As moedas complementares existem por muitos anos na maioria dos continentes. Elas servem para facilitar a troca de bens, serviços e saberes entre pessoas, empresas, comunidades, superando a escassez da moeda oficial, promovendo crescente satisfação das necessidades locais, enquanto aumenta a autoestima e o sentido de identidade e pertencimento dos membros da comunidade.¹⁹

O Grupo Cooperativo é uma das maiores cooperativas de consumo da Inglaterra. Os Serviços Financeiros Cooperativos é um grupo de empresas que inclui O Seguro Cooperativo e O Banco Cooperativo. Este oferece um leque de produtos financeiros, incluindo contas correntes e de poupança, cartões de crédito e empréstimos. O Seguro Cooperativo oferece uma variedade de produtos e a Investimentos Cooperativos oferece produtos que incluem um fundo fiduciário, títulos de investimento e pensões.

¹⁸ Para uma revisão abrangente e bibliografia sobre firmas de investimento ético, ver http://en.wikipedia.org/wiki/Socially_responsible_investing

¹⁹ Entre os artigos e livros escritos sobre o tema, recomendo os de Heloisa Primavera, o livro recente de Rose Marie Muraro, 2011, “Reinventando o Capital/Dinheiro”, Idéias e Letras, Aparecida do Norte, SP; e os livros de Bernard Lietaer e Margrit Kennedy, entre os quais “Monnaies régionales: une nouvelle voie vers une prospérité durable », Collection Charles Léopold Mayer, Paris, do qual ambos são autores co-autores.

Durante 10 anos do Fórum Social Mundial as redes nacionais de economia solidária se aproximaram umas das outras, trocando experiências de compras coletivas baseadas em preços justos, consumo autogestionário, produção cooperativa, logística e finanças solidárias, comércio solidário usando índices de custo total, planejamento de negócios sustentáveis baseados em indicadores econômicos, sociais e ecológicos, mercados sociais usando moedas complementares,²⁰ educação libertadora fundada na cooperação e na solidariedade, e outras. Com esta partilha, as iniciativas associativas de trabalhadores desenvolveram redes nacionais e juntas organizaram a Rede Intercontinental de Promoção da Economia Social Solidária – RIPESS.²¹ Elas promovem Fóruns Nacionais e Internacionais de Economia Solidária.²²

Inovações em gestão pública e legislação participativa mostram que o Estado tem um papel crucial em promover uma economia social e ecologicamente sustentável. Nos últimos oito anos a sociedade civil brasileira conquistou importantes espaços democráticos: uma Secretaria Nacional de Economia Solidária no Ministério do Trabalho, diversos conselhos nacionais, estaduais e municipais nos quais o governo encontra representantes sociais para discutir políticas públicas em áreas cruciais, como segurança e soberania alimentar, saúde, educação, transporte, desenvolvimento social e econômico.²³ Países como Equador, Colômbia, Venezuela e Bolívia incluíram a economia social solidária nas suas Constituições como setor independente do Estado e do setor privado.

E o mais importante: a Economia Solidária é centrada no ser humano e está direcionada às necessidades integrais da pessoa e da coletividade, não apenas na satisfação das

²⁰ Ver os escritos da brasileira-argentina Heloisa Primavera em <http://coworking.beans.net/video/novos-bancos-e-moedasheloisa>; a moeda complementar Palma e a iniciativa de microcrédito no Brasil, http://www.ces.uc.pt/eventos/index.php?id=3282&id_lingua=1; <http://www.bancopalmas.org.br/oktiva.net/1235/seciao/23739>; e o perito financeiro Bernard Lietaer, <http://www.amazon.co.uk/exec/obidos/ASIN/0712683992/transactionne-21/>

²¹ <http://www.ripess.org/ripess-en.html>;

²² O Fórum Nacional de Economia Solidária dos EUA, <http://www.nasco.coop/node/2011>; a Economia Solidária no Fórum Social Mundial de 2011, http://www.worldsocialforum.info/wsftv/feed-folder.html?b_start:int=220&-C=; Mulheres e Economia Solidária, http://www.fivespirit.eu/femmeseconomie/INTERNATIONAL-FORUM-ON-SOCIAL-AND-SOLIDARITY-ECONOMY-PUBLIC-AUTHORITIES-AND-CIVIL-SOCIETY_a74.html

²³ Para informação sobre o Fórum Brasileiro e a Secretaria Nacional de Economia Solidária, ver <http://www.fbes.org.br/>; <http://cirandas.net/>; http://www.mte.gov.br/tca_contas_anuais/2006/senaes.asp; www.mte.gov.br/ecosolidaria/conf_textopaulsinger.pdf; <http://www.facesdobrasil.org.br/component/content/article/6-comercio-justo--economia-solidaria/390-boletim-acontece-senaes-edicao-especial.html>.

necessidades materiais. Neste sentido, ela requer uma metodologia transdisciplinar para construir relações satisfatórias entre seres humanos e com o ambiente natural. É guiada por uma visão sistêmica da sociedade, vista como um subsistema do sistema vivo terrestre como um todo, com quem deve interagir de forma harmônica ao longo do tempo.

A REDE GLOBAL DE ECOVILAS

A Rede Global de Ecovilas²⁴ é uma teia de práticas cooperativas saudáveis de desenvolvimento rural comunitário baseadas numa cultura de respeito mútuo, partilha, inclusão, intenção positiva e troca justa de energia. Elas usam diversos tipos de práticas agrícolas sustentáveis, entre elas a permacultura e a agroecologia – e desenvolvem matrizes energéticas sustentáveis. Elas visam o lixo zero praticando três princípios da Ecologia Profunda: reduzir, reutilizar, reciclar. Organizam-se em cooperativas autogestionárias, complementares entre si, formando uma teia de produção e troca relativamente auto-suficiente, voltada para o bem viver da própria comunidade e da população do entorno, assim como da rede como um todo.

As Ecovilas têm irradiado não só a metodologia de organização sustentável da vida rural, mas também inspirado exemplos de como as pessoas e comunidades podem praticar estilos de vida saudáveis, cooperativos, genuinamente felizes e significativos, faróis de esperança que ajudam na transição a um futuro mais sustentável no Planeta Terra. Atualmente estão presentes em quase todos os continentes, adaptando-se às condições e culturas locais. A lógica de consumir o mais possível produtos elaborados localmente leva à ocupação sustentada das capacidades e talentos locais para responder às necessidades e aspirações materiais e imateriais e dos indivíduos e coletividades.

A Ecovila pioneira situa-se em Finhorn, Escócia, e foi fundada no início dos anos 70 do século 20. Seu exemplo tem levado à criação de centenas de Ecovilas em todo o mundo, da Índia (Auroville é uma das maiores) à Alemanha, Espanha, África Sub-Sahara, México, Brasil, entre outros.

²⁴ <http://gen.ecovillage.org/>

CIDADES EM TRANSIÇÃO – CIDADES INOVADORAS

O Movimento Cidades em Transição (MCT) originou-se do reconhecimento de que a atual dependência em relação ao petróleo, e as emissões de gases de efeito estufa dela resultante, tornam altamente vulnerável a atual civilização. A dependência é uma característica da economia global que debilita e desapropria os habitantes locais do controle sobre sua vida, seu padrão de consumo e seus recursos. O MCT explora e desenvolve modos de trocar os estilos de vida urbana intensivos em energia e em emissões de GEE por uma vida baseada na simplicidade voluntária e no aproveitamento da riqueza compartilhada do conhecimento e da criatividade humana, que requer um suprimento menor de energia e o aproveitamento de fontes renováveis de energia.

Na verdade, a prática mostrou que o movimento da Transição vai muito além da energia. O tema central é a gente ganhando interesse maior em buscar soluções duráveis para suas necessidades atuais e futuras; tornando-se mais conscientes do mundo em que vive; pensando no modo como quer viver, e envolvendo-se em tornar real este mundo possível.

O conceito de Cidades em Transição nasceu do trabalho que o *designer* de permacultura Rob Hopkins fez com os estudantes da Faculdade de Extensão Educativa de Kinsale, Irlanda, ao escrever com eles o “Plano de Ação para o Decréscimo de Energia”. O Plano examinou medidas de adaptação abrangentes e criativas nos setores de produção de energia, saúde, educação, economia e agricultura, como um “mapa do caminho” apontando para um futuro sustentável da cidade. Duas das suas estudantes, Louise Rooney e Catherine Dunne, tomaram a iniciativa de desenvolver o conceito de cidades em transição e apresentá-lo ao Conselho Municipal de Kinsale. Os conselheiros tomaram então a decisão histórica de adotar o plano e trabalhar pela independência energética da aldeia.²⁵

²⁵ Para uma visão abrangente do movimento, ver http://en.wikipedia.org/wiki/Transition_Towns. Para informação detalhada sobre Totnes, ver <http://www.transitiontowntotnes.org/>, e sobre Kinsale, Ireland, ver <http://www.transitiontownkinsale.org/>. Para o mapa das Cidades em Transição, ver <http://www.transitionnetwork.org/initiatives/map> e <http://www.fundacaostickel.com.br/programas-e->

A idéia de Hopkins foi adaptar e expandir durante 2005 e 2006 a experiência de Kinsale na sua cidade natal de Totnes, UK, onde ele vive. A iniciativa espalhou-se rapidamente e no início de 2011 já existiam 300 comunidades reconhecidas oficialmente como Cidades em Transição na Inglaterra, Irlanda, Canadá, Nova Zelândia, Estados Unidos, Itália e Chile. O termo *idades em transição* foi adaptado para *iniciativas de transição*, para refletir o âmbito e o tipo de comunidades envolvidas – e.g., aldeias (Kinsale), bairros de cidades médias (Portobello, Edinburgh), passando pelos conselhos distritais (Penwith) até os bairros de megacidades (Brixton em Londres,²⁶ Brasilândia em São Paulo, Grajaú e Santa Teresa no Rio de Janeiro, entre outros).

Grandes cidades em todo o mundo apresentam sérios problemas de sociabilidade: condições desumanas de vida relacionadas com a sobrepopulação, favelas, pobreza concentrada, falta de serviços públicos, falta de planejamento do desenvolvimento urbano, ganância do setor imobiliário por terra urbana para construir bairros e conjuntos empresariais caros, rompimento dos laços de coesão das famílias e comunidades, violência de todo tipo, para não ir mais longe. Eis porque o MCT tem começado em bairros das grandes cidades. Passeie pela internet e você encontrará uma variedade de grupos de transição trabalhando em transformações práticas e em sensibilizar sempre mais gente para a cidadania ativa em favor da justiça social e ambiental no espaço urbano.

O MCT nos Estados Unidos merece menção, pois comprova que a era da conectividade e da solidariedade está florescendo mesmo na economia mais mercadocêntrica do mundo. O movimento é tem um núcleo nacional e compartilha a visão de que “cada comunidade dos Estados Unidos deve envolver-se na criatividade coletiva para liberar uma transição extraordinária e histórica para um futuro que transcenda os combustíveis fósseis; um futuro que é mais vibrante, abundante e resiliente; que seja definitivamente preferível ao presente”. Transição-EUA é um recurso e um catalizador da construção de comunidades resilientes em todo o país, capazes de suportar severos choques energéticos, climáticos ou econômicos, criando uma melhor qualidade de vida neste processo. Estas comunidades estão realizando sua missão ao inspirar, encorajar, apoiar, interligar e capacitar indivíduos e suas comunidades para entender, adotar, adaptar e por

[projetos/desenvolvimento/transition-towns-brasilandia/Transition%20Network%20-%20WhoWeAreAndWhatWeDo-lowres.pdf](#)

²⁶ <http://www.transitiontownbrixton.org/>

em prática a abordagem da transição dirigida para o empoderamento comunitário e a transformação.

PROUT – Teoria da Utilização Progressiva

O movimento PROUT, que se apoia na Teoria da Utilização Progressiva, merece menção. Ele nasce do visionário P.R.Sarkar, um respeitável guru que via a Humanidade como uma única família e o Universo como um patrimônio comum, a ser plenamente respeitado e cuidado. Ele deu o exemplo de empatia e identificação com a Humanidade como um todo, rejeitando toda forma de segregação e dogma em todos os campos da existência. Argumentava que não pode haver desenvolvimento espiritual num ambiente econômico dominado pelo egoísmo e a competição, e centrado na acumulação de bens materiais. Via a atividade econômica apenas como um meio para o desenvolvimento humano e social.²⁷

O PROUT propõe a democracia econômica, a descentralização, a democracia participativa, a autonomia regional e a auto-suficiência relativa, e toma o bem viver de todos os seres vivos como princípio orientador da vida social e econômica.²⁸ Promove a posse compartilhada dos bens e recursos produtivos, não como direito absoluto e exclusivo, baseado na contribuição e no mérito dos associados. Favorece a retribuição àqueles que trabalham na produção e distribuição. Os recursos do planeta, não são apenas os minerais, as florestas, a água, o solo, as fontes de energia, mas também as capacidades e as qualidades humanas de cada indivíduo e do ‘corpo coletivo da humanidade’. Favorece a máxima utilização e a distribuição racional desses recursos para o benefício sustentável de todos, com uma visão de longo alcance. Toda atividade econômica deveria visar o desenvolvimento holístico do ser humano, harmonizando seus potenciais físico, mental e espiritual. A pesquisa e o desenvolvimento científico e técnico deveriam visar a libertação da mente e das mãos da humanidade para o desenvolvimento das qualidades e talentos superiores de cada pessoa e da espécie.

²⁷ Dada Maheshvarananda: *After Capitalism*. Washington, Copenhagen, New Delhi, Belo Horizonte, Proutist Universal Publications, 2003

²⁸ <http://venezuelanalysis.com/analysis/2361>

LIÇÕES APRENDIDAS

Uma característica comum de todas as práticas é que elas não visam o lucro como finalidade, comprovando que uma economia sem fins lucrativos, voltada para o ser humano e harmônica com a Natureza não é um sonho impossível. Outra característica é que estas experiências tomam a economia como um meio para alcançar o objetivo superior que é o desenvolvimento endógeno, autogestionário, social e ambientalmente sustentável e animado pela prevalência da atitude solidária sobre a competitiva.²⁹

A moldura conceitual para o sistema econômico sem fim de lucro tem recebido uma diversidade de nomes: Socioeconomia solidária, Humanoeconomia (Eugen Loeb), Economia do Trabalho (José Luis Coraggio), Economia do Mercado Solidário (Luis Razeto), Oeconomia (Athena Peralta e Pierre Calame), Economia da Felicidade (relacionada com a hierarquia das necessidades humanas de Abraham Maslow³⁰), o pioneiro índice de desenvolvimento do Butão, o FIB – Felicidade Interna Bruta³¹, Economia da Vida Harmônica, e muitos mais.

Muito eloquente é o termo quechua *SUMAK KAWSAY*, que significa literalmente “viver bem” ou *bem viver*. Este conceito demanda uma mudança civilizatória – um deslocamento no sentido de um paradigma subjetivo-objetivo, cujas premissas são relações harmônicas e interdependência entre todas as formas de vida, em especial entre seres humanos e entre nós e a Natureza. Seus objetivos incluem a satisfação das necessidades, a dignidade do modo de viver *e de morrer*, amar e ser amado, paz e harmonia com a natureza, prolongamento indefinido das culturas, tempo livre para contemplar o belo, uma vida sexual saudável, agir para o bem comum, e ser feliz.

Todas estas abordagens propõem um repensar da economia à luz da sustentabilidade da VIDA, não dos negócios. A economia é redefinida como um meio para um fim superior, que é uma vida sustentável e feliz para cada um e todos os humanos. As 10 mudanças

²⁹ Ver Marcos Arruda, “Potencialidades e Contradições da Práxis da Economia Solidária”, www.pacs.org.br.

³⁰ Estes são a autocrítica, a auto-estima, o sentido do amor e do pertencimento, a segurança e o bem estar físico e psíquico.

³¹ O índice FIB cobre nove áreas da vida individual e social: qualidade de vida, boa governança, educação, saúde, resiliência ecológica, diversidade cultural, vitalidade comunitária, uso equilibrado do tempo, e bem estar psicológico e espiritual.

listadas a seguir reconfiguram a economia como serviço à vida, ao bem viver e à felicidade sustentáveis:

1. Mudança de paradigma civilizatório: do individualismo para a consciência da interconexão e a prática da solidariedade em todo o planeta.
2. Mudança na interpretação da era contemporânea: da industrial à era do conhecimento e da conectividade.
3. Mudança nos padrões de motivação: do lucro e da maximização das vantagens individuais imediatas à promoção do bem viver sustentável por meio da partilha, da colaboração e da solidariedade com as gerações futuras.
4. Mudança no sistema de propriedade e gestão dos bens e recursos produtivos: do privado ao social, do valor-capital ao valor-trabalho, saber e criatividade.
5. Mudança na matriz produtiva: da produção ininterrupta para o consumo sempre maior de bens materiais à produção do suficiente, que liberta o trabalho, a criatividade e o tempo para o desenvolvimento das nossas faculdades superiores.
6. Mudança no que consumir e como: do consumismo ilusório à economia sustentável do suficiente; da economia global do desperdício à socioeconomia ecológica do lixo zero.
7. Mudança na metodologia de medição: dos indicadores puramente quantitativos do crescimento econômico aos indicadores transdisciplinares do desenvolvimento humano e social.
8. Mudança em quem comanda a economia: das corporações globais à família e a comunidade nos seus respectivos territórios, interconectadas entre si a nível local, nacional, regional e global por laços de cooperação e solidariedade.
9. Mudança no que produzir e como: da tecnologia voltada para o lucro à tecnologia voltada para a promoção da vida, da satisfação e do desenvolvimento de cada um e todos, dentro dos limites do ecossistema.
10. Mudança no modo de governança em todos os níveis e instituições: do Estado a serviço do capital ao Estado a serviço da vida; da sociedade-

objeto do trabalho alienado à sociedade-sujeito do trabalho emancipado; do caos do ‘livre’ mercado ao planejamento participativo e democrático do desenvolvimento; das agências supranacionais manipuladoras a serviço da uniformidade à governança global capaz de promover unanimidades que respeitam a diversidade, a serviço de comunidades e povos empoderados como protagonistas do seu próprio desenvolvimento.

Todas estas mudanças levam a formas inovadoras de reprodução da VIDA numa forma evolucionária e sustentável. Estarão servindo ao desenvolvimento dos atributos superiores do ser humano: os invisíveis – mas não menos reais – sentidos da ética, da estética, da amizade, da convivialidade, da interconexão com o outro e com todos os seres, da solidariedade e do amor.

“... A negação do amor é a fonte de todo sofrimento humano, como um apego à retidão e à dor. Abandonemos este apego, paremos de cultivar a agressão como modo de viver que leva à prevalência do Homo sapiens aggressans que já está conosco, vivamos na biologia do amor, abramos nossa inteligência a uma conspiração que leva à prevalência do Homo sapiens amans. Por que não? Será difícil, ou será que não queremos fazer isto por ganância, ambição, inveja ou medo? Bem, qualquer que seja o caso, o amor é a cura ao abrir nossa inteligência à reflexão e dar-nos a possibilidade de escolher. E ao escolhermos com consciência da nossa condição humana, o amor se torna nossa referência básica, porque a biologia do amor [e a economia do amor, acrescento eu], ainda se ergue como o derradeiro terreno e fonte de recuperação de todo desânimo através da nossa realização enquanto seres humanos.” (Humberto Maturana and Gerda Verden-Zöllner).

Estamos diante da preparação da Cúpula dos Povos da Rio+20 pela Justiça Social e Ambiental. Duvidamos que os líderes políticos tenham a firme vontade de realizar mudanças estruturais e assumir compromissos com a autêntica sustentabilidade da vida. Teremos representantes na Conferência oficial, que tentarão sensibilizar os tomadores de decisões para esta causa. Faremos demandas urgentes e propostas concretas para superar os riscos que se avizinham sempre mais.

Enquanto grupos e redes sociais também estamos construindo caminhos alternativos que têm grande potencial de confluir e gerar poderosa sinergia: Economia Solidária, Ecovilas, Cidades em Transição, e outros mais. Nossa convicção é que é necessário um deslocamento do eixo de referência econômico do macro ao micro, do global ao local, e uma consequente reconstrução do global em outras bases: complementaridade, proporcionalidade, reciprocidade positiva, respeito à diversidade, cooperação ganha-ganha, subsidiariedade, solidariedade.

O papel das comunidades na nova economia será essencial, e elas serão o fundamento de uma democracia que dissolve as hierarquias patriarcais e promove a harmonia dos valores femininos e masculinos. A ditadura da economia irá acabar, dando lugar à democracia do bem viver e da felicidade co-edificada e compartilhada. Para alcançar isto, devemos investir com urgência energia e recursos no desenvolvimento comunitário, endógeno, autogestionário e solidário. Sem egocentrar-se nem perder de vista a conexão viva com outras comunidades, em relação irmã de colaboração solidária.